

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO
Controladoria do Gasto Público
e Transparência



Balanço das Ações 2018

Relatório de atividades

Exercício de 2018

Volume Único



Senivan Almeida de Arruda
Secretário-Chefe da Controladoria do Gasto Público e Transparência

Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno

Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda
Diretora de Avaliação e Controle da Gestão Governamental

Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

Juliana Gobbo de Oliveira
Diretora de Ouvidoria, Transparência e Combate à Corrupção

Flávia Castro Cabral Moraes
Assessora Técnica de Planejamento

Simone Pereira Brito
Analista em Desenvolvimento Social

Maria do Socorro Erculano de Lima
Assessora de Planejamento

Lucas Souza Luz
Gerente de Tecnologia da Informação

Douglas Moreira Rezende
Assessor Especial

Apresentação

A Controladoria do Gasto Público e Transparência do Estado do Tocantins (CGPT) centraliza o controle interno da Administração Pública Estadual e vem buscando desempenhar papel relevante na atuação que vai além de um mero órgão de controle, abarcando outras funções, como o combate à corrupção, o monitoramento das políticas públicas, a promoção da transparência, a promoção da cultura de acesso às informações públicas e, sobretudo recentemente, como aspecto inovador, vem atuando na mobilização da sociedade civil para o exercício da função de controle social das ações de governo.

O presente relatório materializa a política de transparência e de controle interno compreendida no ano de 2018, resultando numa nova realidade, pois o órgão não atua mais apenas como controlador, mas também como ativador das energias políticas e sociais da cidadania.

Apresenta as atividades desenvolvidas no âmbito da Diretoria de Ouvidoria, Transparência e Combate à Corrupção e da Superintendência de Gestão e de Ações de Controle Interno áreas de execução da missão da Controladoria.

Diretoria de Ouvidoria, Transparência e Combate à Corrupção

A Diretoria de Ouvidoria, Transparência e Combate à Corrupção- DOTCC é um importante instrumento para acompanhamento das ações e serviços prestados pelo Governo do Estado do Tocantins. Todas as informações apresentadas neste relatório são procedentes do banco de dados do Sistema de Gestão de Ouvidoria – SGO, ferramenta adotada na Gestão da Ouvidoria e que permite ao cidadão o registro das manifestações online.

As rotinas no tratamento das manifestações registradas pelos cidadãos dos serviços de ouvidoria foram realizadas em conformidade com a Instrução Normativa CGE nº 03, de 16 de julho de 2014, que dispõe e organiza a Rede de Gestão de Ouvidoria do Estado do Tocantins – RGOUV.

O relatório tem como base de referência e análise estatística todas as manifestações recebidas nesta ouvidoria: denúncias, reclamações, elogios, sugestões, solicitações de informações e acionamentos diversos.

A disponibilização de informações quantitativas e qualitativas, por meio de relatórios de atividades, possibilita à Diretoria de Ouvidoria, Transparência e Combate à Corrupção dar visibilidade do atendimento realizado pelos órgãos e entidades do Poder Público Estadual, bem como das medidas e sugestões de correções necessárias à melhoria da prestação de serviços públicos, por meio de irregularidades cometidas por gestores, servidores e/ou no atendimento e serviços prestados, fortalecendo assim, a busca da qualidade, da transparência e da cidadania.

Atividades desenvolvidas

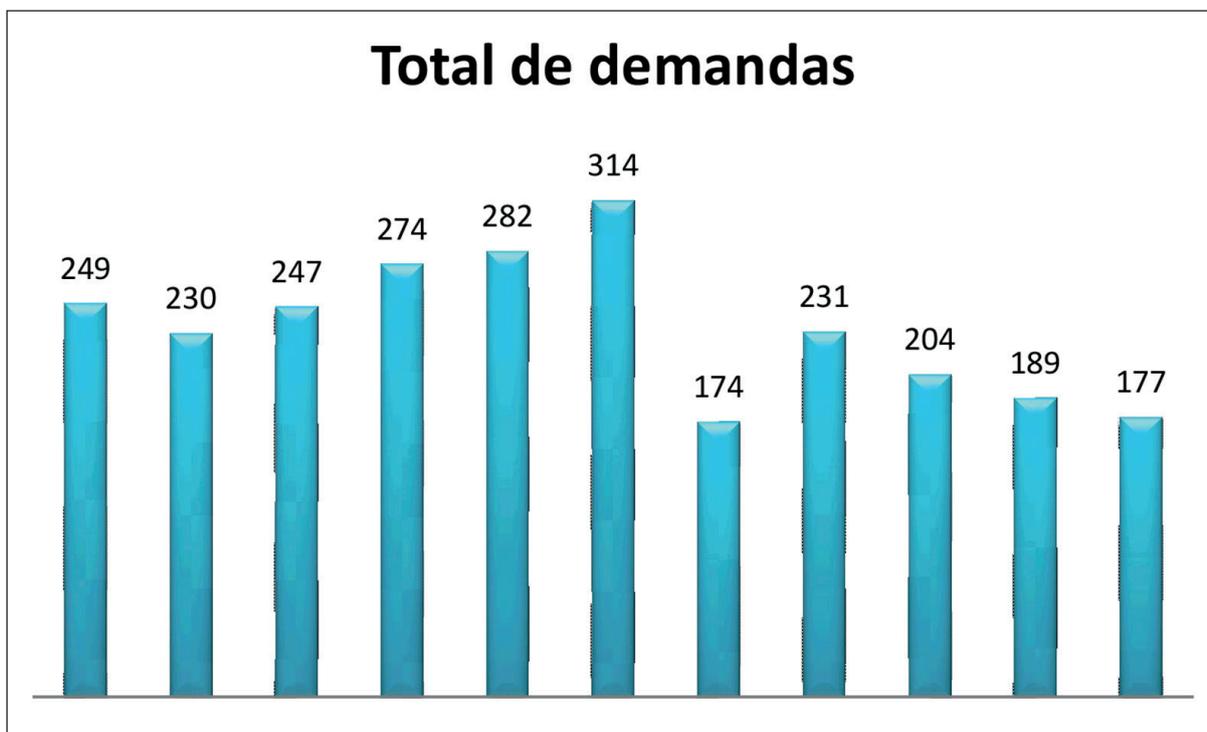
Entre 01 de janeiro de 2018 a 30 de novembro de 2018, a Ouvidoria Geral do Estado do Tocantins recebeu 4.416 manifestações, sendo 1.845 acionamentos diversos (demandas de outras instâncias) e 2.571 demandas (denúncia, reclamação, elogio, sugestão e solicitação de informação).

O mês de junho apresentou o maior número de registros, totalizando 499 manifestações, e o mês de julho apresentou o menor número de registros, com um total de 317 manifestações.

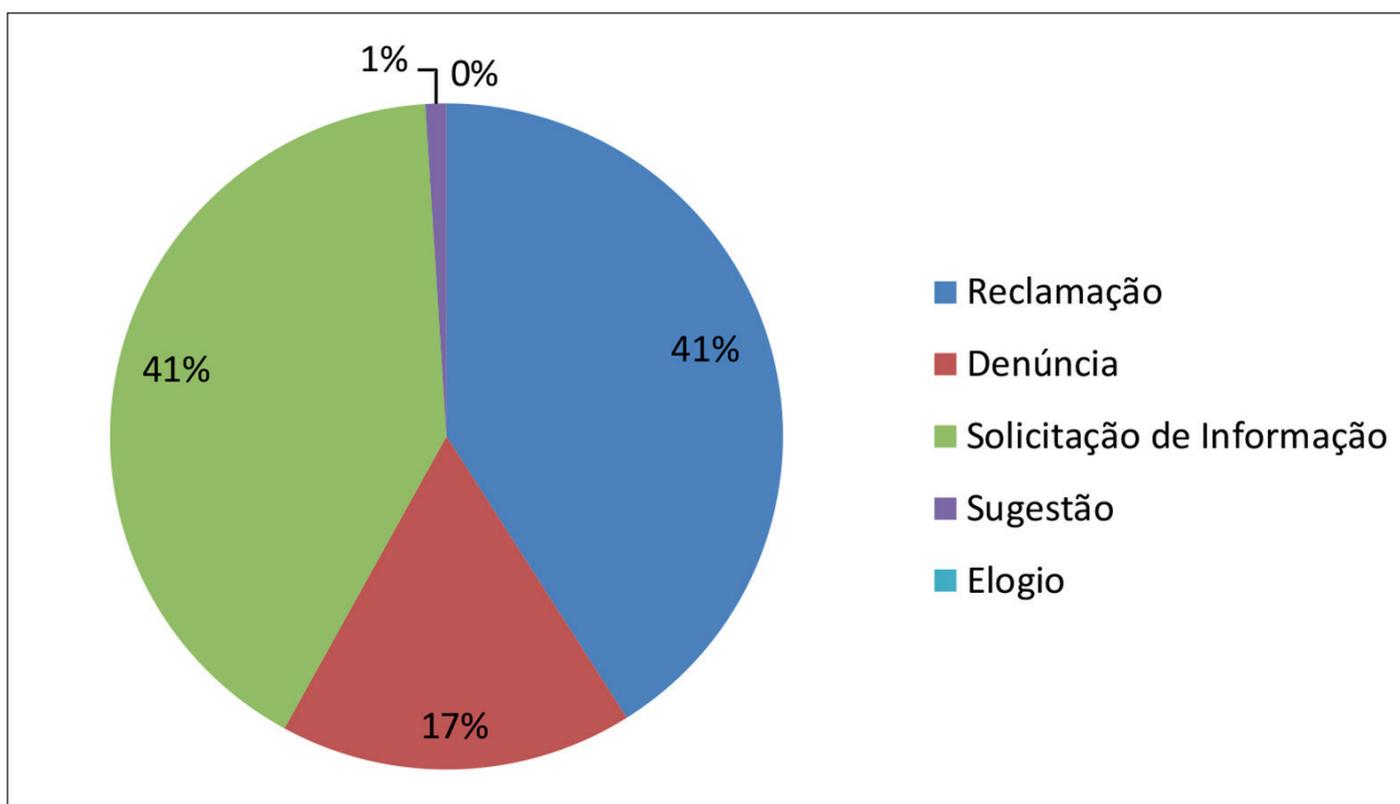
A evolução mensal do número de manifestações está representada abaixo:



A média mensal com relação ao número de manifestações recebidas durante o período acima citado foi de 401 manifestações/mês.



As demandas com o maior número de acionamentos foram as reclamações (1.042 manifestações) e solicitações de informações (1.042 manifestações), representando 82% das manifestações recebidas. Além disso, foram registradas 444 denúncias, 20 elogios e 23 sugestões de melhoria dos serviços públicos prestados.



O cidadão pode registrar sua manifestação através dos seguintes canais de comunicação e contar ainda com duas inovações da Ouvidoria, o Aplicativo para celular Android e o robô Carol na página do Facebook, no perfil Controladoria do Gasto Público e Transparência ambos desenvolvidos na gestão atual:

■ **Presencial:** no prédio da Controladoria do Gasto Público e Transparência, sala da Ouvidoria-Geral do Estado do Tocantins, situado na Avenida NS – 02, Praça dos Girassóis, prédio I, Centro, Palmas / TO;

■ **Internet,** através do formulário eletrônico: www.ouvidoria.to.gov.br;

■ **Telefone:** 162;

■ **Carta,** enviada para o endereço acima citado;

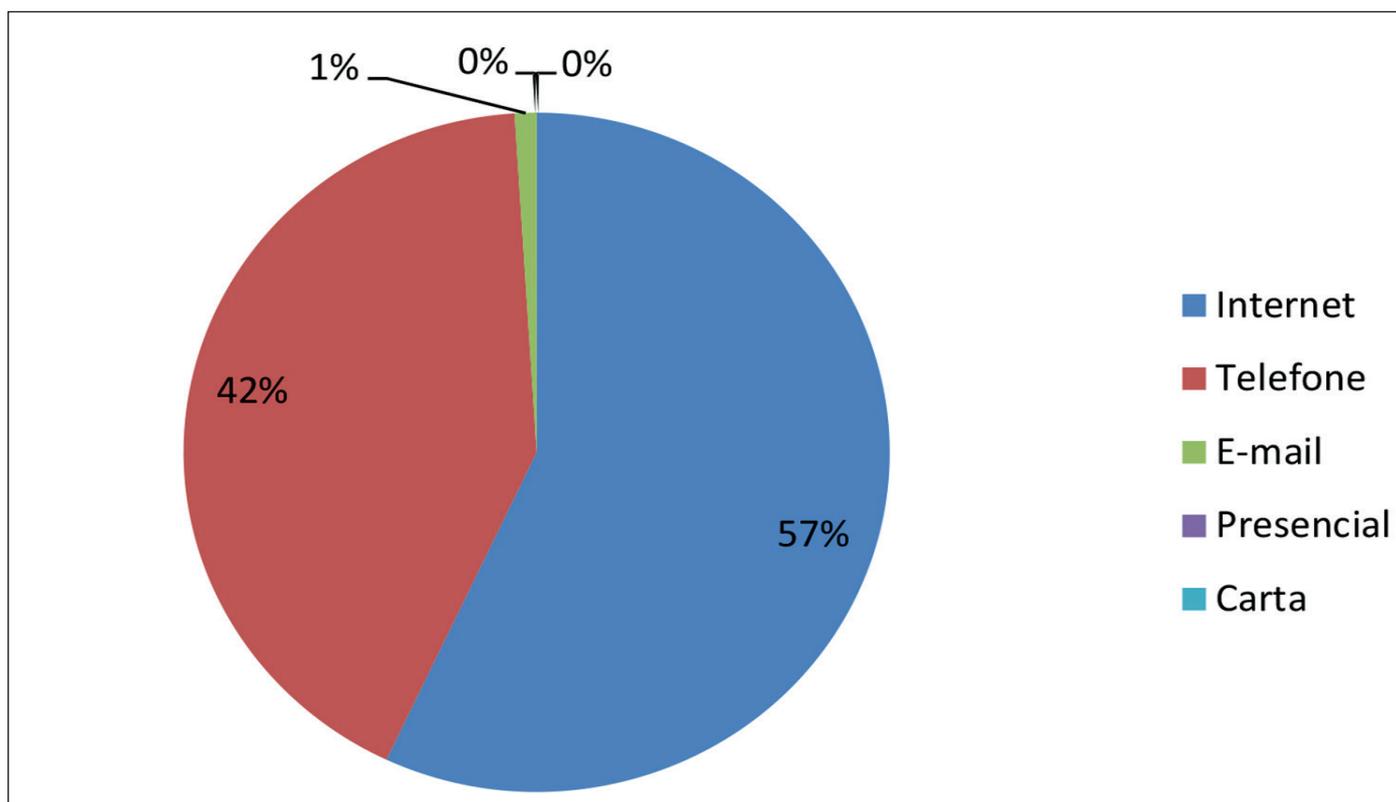
■ **E-mail:** ouvidoriageral@cge.to.gov.br;

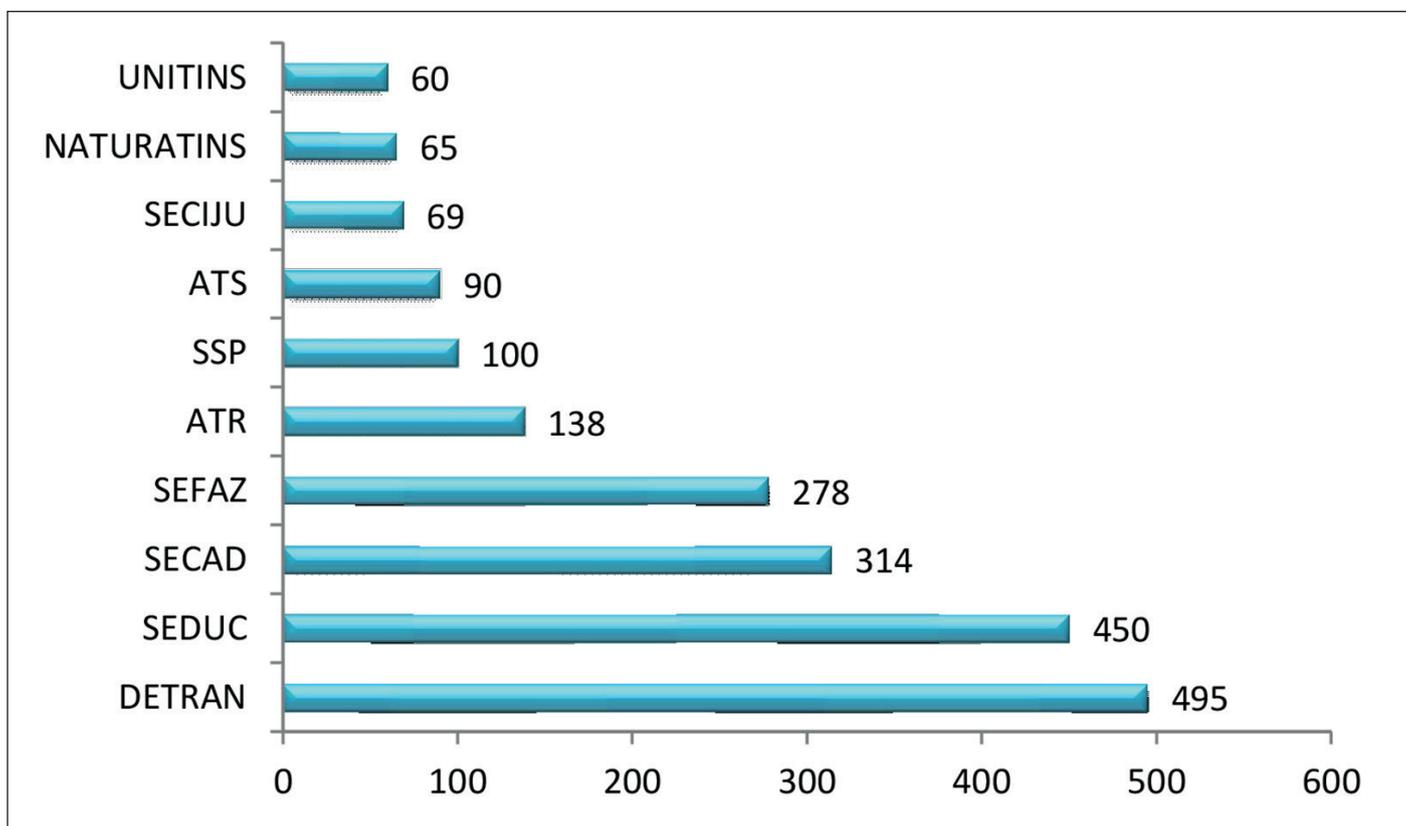
■ **Aplicativo mobile Ouvidoria-TO;**

■ **Robô Carol,** através da página do Facebook.

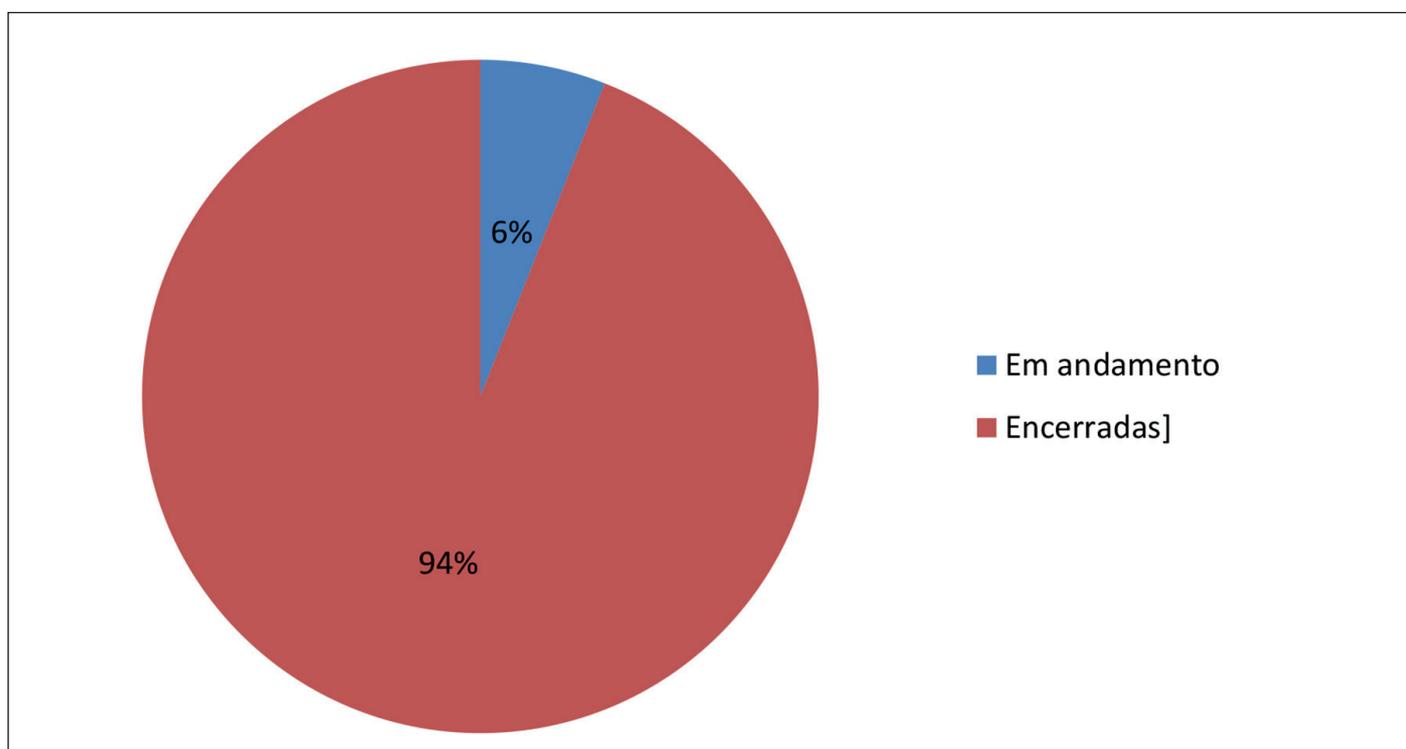
O canal de comunicação mais utilizado neste período foi a internet, através do Sistema de Gestão de Ouvidorias – SGO, com 57% de representatividade, seguido pelo telefone 162, representando 42% das manifestações recebidas.

No gráfico a seguir é representada a utilização de cada canal de comunicação.





Órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual mais demandados



Em relação as manifestações recebidas pela Rede de Ouvidoria Estadual, 94% encontram-se encerradas e 6% em andamento.

Do total de manifestações concluídas, 54% foram encerradas dentro do prazo, respeitando os prazos previstos nos dispositivos legais.

Projeto Café com Transparência

Tem o objetivo de aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acesse de forma fácil e democrática o Portal da Transparência com vistas a cumprir o seu papel institucional de ampliar o acesso à informação, o acompanhamento e o controle da gestão pública, no que tange ao controle social e a democratização no acesso à informação.

Público alvo:

- Profissionais da mídia pública e privada;
- Sociedade civil organizada (Realizado no dia 11/12/2018);
- Órgãos de controle e da gestão pública.

Eficiência com Transparência

- Conjunto de ações que visam melhorar o índice de Transparência, mais rapidez nas consultas realizadas no Portal da Transparência, e solicitações no SGO (Sistema de Gestão de Ouvidorias). Práticas já em andamento com a criação do Chatbot Carol, que já está auxiliando no atendimento pela rede Social da Controladoria do Gasto Público e Transparência – CGPT, em demandas do SGO e do Portal da Transparência, além de outras atribuições que vão ser aplicadas de acordo com as solicitações dos usuários.

- Criação do APP OUVIDORIA-TO, que é um aplicativo móvel atualmente só na plataforma Android, mas em breve disponível para IOS, onde o cidadão pode fazer sua solicitação de forma rápida e eficaz, além de acompanhar a sua demanda.

Superintendência de Gestão e de Ações de Controle Interno

A Superintendência de Gestão e de Ações de Controle Interno através das Diretorias de Auditoria e Fiscalização e Diretoria de Acompanhamento e Controle da Gestão Governamental, apresenta o resultado das ações que contribuíram efetivamente para o desenvolvimento e aprimoramento do Controle Interno.

O Controle Interno tem a missão e o dever de atuar na prevenção, orientação e controle das atividades de gestão, programas de trabalho, recursos e sistemas de controles administrativo, patrimonial, financeiro, orçamentário, operacional e contábil, sempre em observância aos princípios constitucionais da Administração Pública, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e os infraconstitucionais da continuidade, hierarquia, autotutela, probidade, auto executoriedade, razoabilidade/proporcionalidade, isonomia, supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público, bem como as demais legislações pertinentes, visando proporcionar ao gestor que os objetivos pretendidos sejam alcançados de forma confiável, transparente e concreta, otimizando recursos e evitando-se erros potenciais, que possam macular sua gestão, através dos controles de suas causas.

A Superintendência de Gestão e de Ações de Controle Interno juntamente com os setores que compõem sua estrutura operacional, consoante suas atribuições, vem auxiliar ao cumprimento da missão institucional da Controladoria do Gasto Público e Transparência, desenvolvendo atividades de orientação, capacitação, auxílio técnico, inspeção, fiscalização, auditoria e acompanhamento das ações de gestão governamental, conforme discriminado no relatório a seguir:

Atividades desenvolvidas

1 - Foram realizadas 10 (dez) inspeções, todas instauradas no âmbito do poder executivo estadual, com intuito de averiguar situações de riscos ocorridos nas diversas áreas de atuação da administração pública, originárias principalmente da Matriz de Risco 2018 elaborada por esta Especializada, de denúncias na Ouvidoria Geral do Estado e de determinação do Ministério Público Estadual.

Inspeções:

- Inspeção na Secretaria da Saúde com o objetivo de verificar a regular aplicação dos recursos de Adiantamento/Suprimentos de Fundos, bem como análise de suas prestações de contas;
- Inspeção no Detran com o objetivo de verificar a regular aplicação dos recursos de Adiantamento/Suprimentos de Fundos, bem como análise de suas prestações de contas;
- Inspeção na Secretaria da Cidadania e Justiça com o objetivo de verificar a regular aplicação dos recursos de Adiantamento/Suprimentos de Fundos, bem como análise de suas prestações de contas;
- Inspeção na Secretaria da Cidadania e Justiça com o objetivo de verificar a situação dos contratos vigentes, seus aditivos, sua execução, suas vigências, rescisões, bem como a designação de seus respectivos fiscais, paralizações, saldos e causas que por ventura motivam prejuízo ao erário;
- Inspeção na Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes com o objetivo de verificar a regular aplicação dos recursos de Adiantamento/Suprimentos de Fundos, bem como análise de suas prestações de contas;
- Inspeção na Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura com o objetivo de verificar a regular aplicação dos recursos de Adiantamento/Suprimentos de Fundos, bem como análise de suas prestações de contas;
- Inspeção na Secretaria da Saúde com o objetivo de averiguar eventual sobrepreço nos serviços prestados pela empresa INTENSICARE;
- Inspeção na Secretaria da Saúde com o objetivo de averiguar eventuais fatos ocorridos no almoxarifado do Hospital Dona Regina;
- Inspeção na Junta Comercial do Estado do Tocantins com o objetivo de averiguar a boa e regular aplicação dos recursos em contratação direta por inexigibilidade de licitação, abastecimento de veículos, diárias, adiantamentos, bem como, suas prestações de contas e despesas com postagens (correios);
- Inspeção na Agência Tocantinense de Saneamento - ATS com o objetivo de verificar a regularidade na contratação de empresa especializada na prestação de Call Center de atendimento presencial e via web, serviços de faturamento, arrecadação e cobrança.

2 - Foram realizadas 5 (cinco) fiscalizações in loco, executadas no âmbito do poder executivo estadual, com intuito de averiguar situações de risco, inconsistências, dar apoio técnico, realizar análise de procedimentos ocorridos nas mais diversas áreas de atuação da administração pública, originárias principalmente de solicitação dos próprios gestores ou determinadas pelo Ministério Público Estadual.

Fiscalizações:

- Realização de trabalho de auxílio e apoio técnico presencial e análise de processos administrativos inerentes às despesas na Secretaria da Saúde;
- Realização de levantamento dos pagamentos realizados pela Secretaria da Saúde à empresa Litu-cera Limpeza e Engenharia Ltda;
- Avaliação, na Secretaria da Saúde Estadual, no município de Palmas e no município de Gurupi, de possível incompatibilidade de horários ou acúmulo indevido de cargos de servidor, demandada pelo Ministério Público Estadual, através de denúncia daquele Parquet;

- Realização na Secretaria Geral de Governo de trabalho de auxílio e apoio técnico presencial e análise de processos administrativos de despesas;

- Realização na Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes de trabalho de auxílio e apoio técnico presencial e análise de processos administrativos inerentes à folha de pagamento junto aos Recursos Humanos.

3 - Foram instauradas 4 (quatro) auditorias no âmbito do poder executivo estadual, com intuito de verificar irregularidades ou situações que ensejaram investigação por esta Controladoria, originárias de denúncias acolhidas pela Ouvidoria Geral do Estado, apresentadas pela Matriz de Risco ou determinadas pelo Ministério Público Estadual ou Tribunal de Contas do Estado.

Auditorias:

- Auditoria Governamental Extraordinária no âmbito da Agência de Fomento do Estado do Tocantins, com o objetivo de verificar os fatos relatados na denúncia nº 2018NK9J3C, recebida em 20/07/2018 pela Ouvidoria Geral do Estado do Tocantins;

- Auditoria Interna Contábil, inicialmente no âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins, em cumprimento ao item 8.11 do Acórdão nº 207/2018-TCE-TO – 2ª Câmara;

- Auditoria Governamental Extraordinária, no âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins, em atendimento à Solicitação do MM. Juiz de Direito Presidente dos Conselhos da Justiça Militar Estadual;

- Auditoria de Regularidade, no âmbito do Banco do Empreendedor, com o objetivo de examinar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional.

4 - Foram instauradas 2 (duas) Tomada de Contas Especial no âmbito do poder executivo estadual, com intuito de apurar/quantificar danos ao erário estadual e apontamento de responsabilidades, determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

Tomada de Contas Especial:

- Tomada de Contas Especial, na Secretaria de Educação, Juventude e Esportes, em cumprimento a RESOLUÇÃO TCE/TO Nº 304/201, referente ao contrato de prestação de serviços nº 024/2010, oriundo do pregão presencial para registro de preços – Edital nº 02/2010 – contratação de empresa especializada em serviços de transporte, nos termos do citado acórdão;

- Tomada de Contas Especial, em cumprimento ao item 8.4.4 do Acórdão TCE/TO Nº 490/2018, da 2ª Câmara, referente a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social - Exercício 2012.

5 - Foram realizados pela Superintendência de Gestão e de Ações de Controle Interno a capacitação de 421 (quatrocentos e vinte e um) servidores, através de Palestras, Seminários, Debates e Cursos, ministrados in loco nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual ou no auditório deste órgão, com o objetivo de habilitar os servidores públicos a desempenharem de forma satisfatória, eficiente e eficaz suas responsabilidades e o trato com o bem público, nas áreas de Tomada de Contas Especial, Convênios, Parcerias, Suprimento de Fundos, modalidades de licitação, formalização processual e Prestação de Contas de Ordenadores de despesas.

Capacitações:

- Curso de capacitação dos servidores da Secretaria da Cidadania e Justiça envolvidos na formalização processual, procedimentos de Adesão à Ata de Registro, Dispensa de Licitação e Inexigibilidade – setembro 2018 – público: 30;

■ Curso de capacitação dos técnicos da Secretaria da Cidadania e Justiça, Agência Tocantinense de Saneamento – ATS e Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e Cultura envolvidos na formalização e instauração de processo de Tomada de Contas Especial com intuito de apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano em procedimentos ocorridos nas mais diversas áreas da Administração Pública Estadual – período de aplicação: março a outubro de 2018 – público: 70;

■ Curso de capacitação e debate técnico com os servidores da Agência Tocantinense de Transportes e Obras, Secretaria da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação, Juventudes e Esportes, Secretaria da Agricultura e Pecuária, Secretaria da Fazenda e Planejamento, Instituto do Desenvolvimento Rural do Tocantins, Secretaria da Cidadania e Justiça, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria do Trabalho e Assistência Social para discutir as diretrizes acerca dos Convênios e Parcerias no âmbito do Executivo Estadual normatizados através da publicação do **Decreto Estadual nº 5.815**, de 09 de maio de 2018 e **Decreto Estadual nº 5.816**, de 10 de maio de 2018 – maio/2018 – público: 40;

■ Curso de capacitação para os servidores da Agência de Defesa Agropecuária, Secretaria da Cidadania e Justiça, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e Cultura, Secretaria do Trabalho e Ação Social, Polícia Militar e Secretaria da Saúde, envolvidos na formalização do processo de concessão, aplicação e Prestação de Contas de Adiantamentos/Suprimento de Fundos, assim como na operacionalização do sistema da CGPT de acompanhamento de adiantamentos – junho/2018 a novembro/2018 – público: 81;

■ Curso de capacitação, palestra e debates com todos os órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, com os servidores das áreas de Contabilidade, Planejamento, Patrimônio, Almoxarifado, Financeiro e Recursos Humanos, envolvidos no processo de Prestação de contas dos Ordenadores de Despesas do exercício de 2018, com período de realização de 10 a 14/12/2018 – público total: 200.

6 - Foram emitidos, em maio de 2018, 35 (trinta e cinco) Relatórios Panorâmicos dos Órgãos e Entidades do Executivo Estadual a fim de subsidiar os novos gestores, na tomada de decisões, identificação de possíveis riscos e para possibilitar uma leitura técnica da situação a qual foi recebida a respectiva Pasta, publicados e enviados para conhecimento do público alvo.

Órgãos e Entidades que receberam seus relatórios panorâmicos:

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC, Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins – AEM, Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR, Agência Tocantinense de Saneamento – ATS, Agência Tocantinense de Transportes e Obras – AGETO, Banco do Empreendedor – BEM, Casa Civil – CIVIL, Casa Militar – CAMIL, Controladoria do Gasto Público e transparência – CGPT, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO, Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, Fundação Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins – REDESAT, Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS, Instituto de Previdência do Estado do Tocantins – IGEPREV, Instituto de Terras do Tocantins – ITERTINS, Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS, Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO, Procuradoria Geral do Governo – PGE, Secretaria da Administração – SECAD, Secretaria da Cidadania e Justiça – SECIJU, Secretaria da Educação, Juventude e Esporte – SEDUC, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Secretaria da Infraestrutura e Serviços Públicos – SEINFRA, Secretaria da Saúde – SAÚDE, Secretaria da Segurança Pública – SSP, Secretaria de Comunicação Social – SECOM, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura – SEDEN, Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária – SEDAP – SEAGRO, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, Secretaria do Planejamento e Orçamento – SEPLAN, Secretaria do Trabalho e Assistência Social – SETAS, Secretaria Geral de Governo e Articulação Política – SGGAP, Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS.

7 - Foi elaborado pela Controladoria do Gasto Público e Transparência a Cartilha Eleitoral, com orientações aos ordenadores de despesas e agentes públicos em ano eleitoral, com objetivo de esclarecer direitos políticos e normas éticas e legais limitadoras que devem nortear a atuação dos agentes públicos estaduais no período das eleições gerais de 2018;

8 - Foi atualizado, em maio de 2018, o Manual de Tomada de Contas Especial, com orientações aos técnicos imbuídos de coordenar os trabalhos e instauração de processo de Tomada de Contas Especial com intuito de apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano em procedimentos ocorridos nas mais diversas áreas da Administração Pública Estadual.

9 - A controladoria do Gasto Público e Transparência, com Apoio da então Secretaria de Planejamento e Orçamento, PUBLICARAM, o Decreto Estadual nº 5.815, de 09/05/2018 e Decreto Estadual nº 5.816, de 10/05/2018, os quais normatizaram a transferência voluntária de recursos estaduais por meio de Convênios e Parcerias respectivamente, um ganho muito importante para a Administração Pública Estadual, haja vista que em 30 anos da criação do Estado do Tocantins não havia regra estadual para normatizar a Descentralização de Recursos.

10 - A Superintendência de Gestão e de Ações de Controle Interno, com o propósito de melhorar os processos de trabalho desenvolvidos pelos órgãos que compõem o executivo estadual, realizou um mapeamento de demandas, tendo como instrumento de pesquisa um questionário. A iniciativa visa ainda promover os ajustes necessários para a atuação da Pasta, de modo a favorecer as boas práticas e, sobretudo, o estabelecimento de um elo de integração efetiva entre o Órgão Central de Controle e o organismo público como um todo. Os questionários foram aplicados aos servidores lotados nos setores: Financeiro, Patrimônio, Almoxarifado, Convênios, Contratos, Administrativo/Compras, Transporte, Planejamento, Contabilidade e Recursos Humanos, da Administração Pública Estadual, especificamente quanto à avaliação das ferramentas disponibilizadas no site da CGPT para apontar as dificuldades encontradas no desempenho das suas atribuições. As informações coletadas irão subsidiar a elaboração de um diagnóstico por parte da Controladoria quanto à forma de atuação do controle interno e na outra ponta, a atuação dos gestores, culminando no aperfeiçoamento das ferramentas de controle e gestão da coisa pública, evitando problemas processuais e prejuízos ao erário.

11 - A Superintendência de Gestão e de Ações de Controle Interno elaborou a Matriz de Risco 2018, a qual consiste na análise e formatação de documentação onde são registrados os riscos identificados, a avaliação de grau de incidência e a probabilidade de ocorrência para os processos, etapas e atividades para os Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual.

Para a elaboração da Matriz de risco são extraídos os seguintes documentos:

Relatório de Suprimento de Fundos dos Órgãos do Poder Executivo e análise de participação de cada Unidade Orçamentária sobre o total, Relatório das Indenizações por Unidade Orçamentária e análise de participação de cada UO sobre o total do gasto, Relatório e Análise de dispensa e dispensa pelo valor nos processos da execução dos recursos dos Órgãos Estaduais, Relatório e Análise de Fracionamento de despesa por Órgão do Estado – exercício de 2017, Relatório de Receitas de Convênio (fonte 0225) e análises sobre a previsão, arrecadação e frustração – inclusive das devoluções dos saldos de convênios.

12 - No exercício de 2018, chegaram na Superintendência de Gestão e de Ações de Controle Interno o quantitativo de 467 Processos de Despesas oriundos dos órgãos e entidades do executivo estadual, com envio obrigatório ou não, ou sob solicitação, regulados pela Instrução Normativa CGE nº 01/2017 e

Instrução Normativa TCE nº 06/2003, em sua grande maioria demandaram análise mais aprofundada, nos demais casos houve somente subsídio a outras análises ou fiscalizações, sendo que, foram emitidos os respectivos opinativos conforme relação abaixo:

Foram realizadas análises em **66 Processos de Prestação de Contas** dos Ordenadores de Despesas – Exercícios 2017;

Foram emitidos:

70 Pareceres de Auditoria;

70 Relatórios de Auditoria;

59 Relatórios de fiscalização;

172 Pareceres Técnicos;

72 Despachos processuais demandando ações inerentes aos seus respectivos processos;

1 Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre a Prestação de Contas do Governador - Consolidadas do exercício de 2017.

Projetos a serem desenvolvidos em 2019:

Projeto Educação para a Transparência

Tem como objetivo promover o acesso dos estudantes da rede estadual de ensino à Controladoria do Gasto do Público e Transparência para que possam conhecer e se apropriar dos instrumentos de controle interno e de transparência pública com vistas ao fortalecimento do controle social e da cidadania. O Projeto que terá início em 2019, inicialmente com as escolas públicas estaduais de Palmas, com circuitos educativos visando fomentar o acesso dos estudantes aos instrumentos de controle interno e de transparência pública.

Será um trabalho educativo, construído numa perspectiva dialógica e participativa, privilegiando a construção de um conhecimento ético e transformador.

Instituição do Conselho Intersetorial de Transparência Pública e Combate à Corrupção (Proposta -Minuta de Decreto em análise na Casa Civil)

Instância Intersetorial, inclusive com a participação da sociedade civil, com a finalidade sugerir e debater medidas de aperfeiçoamento dos métodos e sistemas de controle e incremento da transparência na gestão da administração pública, estratégias de combate à corrupção e à impunidade.

Carta de Serviços ao Cidadão (Proposta- Minuta de Decreto em análise na Casa Civil)

Consiste em um Regulamento sobre os principais serviços disponibilizados aos cidadãos e usuários do serviço público estadual, com o objetivo de dar visibilidade e transparência às ações de governo e a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela Administração Pública.

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO
*Controladoria do Gasto Público
e Transparência*

